



A Comunicação na Greve dos Trabalhadores da Comunicação em 1990: gráficos, jornalistas e radialistas¹

Marcela de Aquino Bezerra SILVA²

Luís Anastácio MOMESSO³

Paula Reis MELO⁴

Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

O artigo traz algumas conclusões preliminares a respeito do movimento sindical dos trabalhadores de comunicação de Pernambuco, a Intercom de 1990. Ao se propor a discutir aportes teóricos com o objetivo de identificar o papel desempenhado pela comunicação sindical no movimento estudado, percebe-se a convergência de pensamentos de áreas distintas possibilitando interfaces entre comunicação, pedagogia e política. O enfoque central está embasado na importância da comunicação sindical para a mobilização dos trabalhadores e da politização de suas subjetividades e implicitamente, da necessidade de um viés comunicacional para se entender os fenômenos sociais tentando assim contribuir com a discussão no campo da comunicação sindical.

PALAVRAS-CHAVE

Comunicação sindical; comunicação dialógica; agir comunicativo; política

APRESENTAÇÃO

Ao revisitar a greve conjunta da Intercom– Intersindical dos profissionais de comunicação de Pernambuco – quando esta completa 25 anos coloca-se em discussão a importância e influência da comunicação sindical para esta greve memorável, que serve como referência para os atuais movimentos sindicais e as Intersindicais de Comunicação.

¹Trabalho apresentado no DT 6– Interfaces Comunicacionais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 2 a 4 de julho de 2015.

² Recém-graduada do curso de jornalismo na Universidade Federal de Pernambuco em 2015, email: marcellaeu91@gmail.com

³ Orientador do Trabalho na Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) pela UFPE em 2012, email: ufpemomesso@yahoo.com.br

⁴ Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), email: preismelo@hotmail.com



A Intersindical dos profissionais de comunicação- gráficos, jornalistas e radialistas renasce em Pernambuco em junho de 1990, depois de 27 anos sem existência concreta e sendo a maior paralisação de jornalistas no Brasil pós-ditadura. Em plena transmissão da Copa do Mundo na Itália, os grandes jornais do Estado deixam de circular durante 14 dias e a própria transmissão é interrompida temporariamente em favor da causa.⁵

O objetivo deste artigo consiste em esclarecer qual foi o devido papel da comunicação sindical na Intercom de 90 e em como ela foi trabalhada para permitir uma unificação e concretização de objetivos entre as entidades sindicais partindo-se do pressuposto de que a comunicação foi decisiva na mobilização conjunta das categorias.

Esta pesquisa integra um projeto de longo prazo sobre os trabalhadores em Pernambuco, sua história e sua comunicação, que está sendo incentivada e realizada pelo NUDoc (Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais- UFPE), sob orientação de Paula Reis Melo e Luís Anastácio Momesso.

Para se precisar um diagnóstico do lugar da comunicação nessa greve é necessário se fazer uma breve reconstituição histórica do fenômeno social estudado levando em conta a conjuntura do final dos anos 80 que irá repercutir no movimento. Assim, há um breve resgate do novo sindicalismo emergente nesse período. (ANTUNES, 1991)

O vídeo sobre a Intercom de 1990 intitulado “O 14” – em referência aos 14 dias de greve no qual deixaram de ser produzidos os principais jornais de Pernambuco – foi o ponto de partida das impressões iniciais sobre o movimento. As informações sobre o movimento foram obtidas através de pesquisa documental com a análise dos jornais do Sindicato dos Jornalistas do Estado de Pernambuco, com três edições do jornal O Batente, de 1989 e uma edição especial sobre a Intercom de 1990 lançado em 2005.

A discussão sobre comunicação sindical perpassa o pensamento de principais autores da área como Vieira, 1996; Momesso, 1997; Giannotti 1999, Giannotti e Santiago em 2002; Castro, 2008. São tecidas relações entre os teóricos da comunicação em geral com a comunicação dialógica em Paulo Freire, 1987; e o paradigma

⁵ Em apoio ao movimento, o ex- presidente do sindicato dos radialistas, o então apresentador da Rádio Jornal, Geraldo Freire, parou de transmitir a programação sobre a Copa do Mundo direto da Itália durante dois dias, só recuando em sua iniciativa quando ficou isolado. (Fonte- Jornal O Batente, 2005)



praxiológico de Louis Querré, que mostram convergências e tenta desvelar os papéis que a comunicação teve na Intercom de 90.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

A comunicação sindical é uma comunicação especializada direcionada para os trabalhadores, sobre os trabalhadores, e em vários momentos, feitos por eles mesmos nas interações de militância. Por isso, sua mensagem é constituída a partir da localização situacional do sujeito enquanto ser histórico e sócio-cultural (FREIRE, 1987) diferenciando-se de uma aparente objetividade e neutralidade defendidas pela comunicação de massa.

Um dos principais traços de sua especificidade é a clareza quanto a seu caráter de classe. É a partir do exercício da contra-informação (VIEIRA, 1996) ao contestar as versões oficiais, os pontos de vista do opressor e apontar as contradições inerentes ao processo social e na estrutura vigente em uma disputa simbólica que está estruturado o papel da comunicação classista. “A contra-informação atua como um componente essencial da luta de classe, aumentando o entendimento dos trabalhadores para a necessidade de uma "nova informação" ”(VIEIRA, 1996, p. 53).

A comunicação sindical é definida enquanto processo de interação dos membros das associações sindicais entre si, entre as instâncias sindicais e organizacionais e com a sociedade (MOMESSO, 1997). Ela se confundiria, em vários momentos, com a prática militante e a ação sindical propriamente dita, tendo como forma privilegiada a comunicação oral, primária, dialógica.

A comunicação sindical é entendida aqui, portanto, como a inter-relação dos indivíduos entre si, enquanto integrantes das entidades sindicais, a inter-relação dos indivíduos com as instâncias organizadas das suas entidades e vice-versa, a inter-relação das entidades sindicais entre si, da instituição sindical com outras instituições e com a sociedade. É a comunicação entendida como processo, incluindo os recursos midiáticos existentes (MOMESSO, 1997, p. 41).

A comunicação dialógica é representada pelos fluxos comunicativos não-lineares e não-unilaterais, na qual o emissor não seja mais o pólo privilegiado dessa interação. Assim, muito se assemelha com a concepção do agir comunicativo



(MOMESSO, 1997). Como sustenta Cosete Castro, a significação ocorre através da mediação do universo cultural e do cotidiano dos receptores em uma constante negociação de sentidos com o emissor, o qual tem sido ignorado pelo sindicalismo.

É preciso também compreender as diferentes influências culturais que fazem parte do processo de mediação de um material de comunicação, como as influências étnicas, de gênero, de idade, de educação, etc. Ou seja, o sindicalismo precisa terminar com o seu processo de exclusão: a exclusão do receptor (CASTRO, 2008, p.15).

O diálogo seria a base do conteúdo programático pedagógico de um movimento. A ação dialógica acontece dentro da práxis, ou seja, em uma relação intrínseca entre a reflexão e a ação (FREIRE, 1987) A teoria da ação dialógica e suas características como a co-laboração, a união, a organização e a síntese cultural correlacionam-se com as práticas comunicativas fazendo um paralelo entre Freire e Querré.

“Esta prática implica, por isto mesmo, em que o acercamento às massas populares se faça, não para levar-lhes uma mensagem “salvadora”, em forma de conteúdo a ser depositado, mas para em diálogo com elas, conhecer não só a objetividade em que estão, mas as consciências que tenham desta objetividade; os vários níveis de percepção de si mesmos e do mundo em que e com que estão” (FREIRE, 1987, p. 55)

A relação entre o discurso e a ação consiste na condição prévia da comunicação de elaboração de uma proposta política juntos com os trabalhadores durante sua práxis e não para eles cedidas pela direção sindical. Mais do que informar, o seu papel constitutivo é formar sujeitos conscientes de sua opressão comum e que reflitam sobre as condições concretas de sua realidade. Assim, é possível uma costura teórica entre o pensamento freireano e os teóricos da comunicação, como Giannotti, sobre o objetivo da comunicação sindical quando perpassada pelo dialogicismo.

O objetivo da comunicação sindical é palpável, concreto. Está intimamente ligado à ação. A ação que o sindicato vai desenvolver. [...] Aquele que consegue dialogar com os trabalhadores. Dialogar sobre sua condição explorada. Sobre as situações específicas desta exploração. Sobre suas implicações políticas globais. A comunicação sindical não tem um único e exclusivo papel. Tem vários. Ela é esclarecedora, formadora e, ao mesmo tempo, aglutinadora (GIANNOTTI, 1999, p. 41).



É necessário desmistificar certa imagem que relacione a comunicação sindical somente a temáticas típicas do mundo do trabalho, mais imediatistas, como reajuste salarial e condições de trabalho. “Esta imagem está associada a uma determinada visão de sindicato” (GIANOTTI, 2002, p. 12) e de sindicalismo, o qual se apóia nas lutas econômicas e “conquistas momentâneas que logo se esvaem com a inflação, o arrocho etc [...] Os trabalhadores... avançam no sentido da luta política” (MOMESSO, 1997, p. 100-101).

No modelo praxiológico, a comunicação deixa de estar situada na esfera epistemológica, do sujeito tendo privilégio no ato de conhecer e a comunicação como mera transmissão de informações e adquire uma dimensão relacional que se insere no domínio da ação ao se referir às relações e à organização social (QUERRÉ *apud* em FRANÇA, 2003) “A comunicação cumpre um papel de constituição e de organização – dos sujeitos, da subjetividade e da intersubjetividade; da objetividade do mundo comum e compartilhado” (FRANÇA, 2003, p. 05).

A natureza do sujeito é dialógica, que fala não apenas para o outro, mas com o outro e se constituem a partir dessa relação e no espaço da diferença. Assim o caráter da centralidade do sujeito é substituído pela riqueza das interações sociais. Os homens só podem se libertar em comunhão, nunca sozinhos e dependentes da ação exclusiva do outro (FREIRE, 1987).

A ação comunicativa ocorre mediante a interação entre os indivíduos no qual a realidade vai sendo (res)significada e os sentidos e práticas partilhados. O agir comunicacional está fundamentado nas inter-relações sociais, mediatizadas ou não, para a construção de um sujeito e de um ser social. Então, a comunicação, precisamente a comunicação sindical é responsável pela formação de determinadas subjetividades.

Essa discussão, assim, promove o resgate e a inserção da comunicação no cerne do processo de construção do sujeito. O eixo destas abordagens, no entanto, não se dirige ao sujeito da comunicação, mas à comunicação na constituição dos sujeitos... Estes debates estão centrados no processo de construção das identidades, indicando o papel central da comunicação. (FRANÇA, 2005, p. 11)

Para Querré, não há uma separação e dualidade da vida social e da comunicação, nem esta se reveste de um caráter instrumental, de um objeto para atingir determinado



fim. “O modelo praxiológico está fundado na reflexividade inerente às trocas sociais e busca compreender a comunicação enquanto prática constituidora da vida social” (FRANÇA, 2003, p.37) Os processos comunicativos

(...) não correspondem a um domínio de fatos particulares no espaço social. Pois eles são oriundos do processo mesmo de constituição deste espaço, do trabalho de *mise em forme* da sociedade, de criação das condições de existência de uma comunicação entre seus membros e de constituição dos quadros institucionais que garantem sua identidade e sustentam sua ação (QUERRÉ, 1982, p. 10).

A escolha do paradigma praxiológico como aporte teórico deveu-se pela sua correspondência entre o objetivo da comunicação sindical situado para estimular uma ação classista e por fundamentar a relação entre comunicação e sujeito pelo qual através da mobilização como prática comunicativa os sujeitos vão se constituindo intersubjetivamente. Com isso, se reconhece o caráter da praxiologia como um paradigma comunicacional no entendimento dos fenômenos sociais, próprio do objetivo inicial a que se estava pretendendo trabalhar.

Na metodologia, a entrevista foi a técnica de pesquisa qualitativa escolhida na tentativa de reconstituir o movimento coletivo pelos significados, olhares, leituras, sentimentos dos próprios participantes; o entendimento da Intercom sob o signo das vivências presentificadas.

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados (DUARTE, 2014, p. 03)

Assim, mais do que obter informações é a partir das práticas discursivas que se busca o processo e o sentido atribuído ao movimento, as práticas comunicativas da época, às ações sociais que constituíram sua identidade a fim de construir possíveis versões desta realidade específica.

Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele



grupo, o que em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, 2004, p. 03)

As entrevistas foram produzidas em julho de 2010 pelo NUDoc (Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais da UFPE) com duas lideranças, Fernando Nascimento, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Pernambuco e Roberto Callou, do Sindicato dos Radialistas do Estado de Pernambuco, e com o jornalista que fazia parte da direção da Intercom de 1990, Evaldo Costa, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco.

O objetivo inicial era realizar um vídeo incentivando a memória coletiva da categoria dos gráficos contando a história por seus próprios sujeitos. Neste presente artigo, ajudou na reconstrução do movimento e em suas análises posteriores. A seleção de quais entrevistados estavam aptos a fornecer uma compreensão panorâmica e mais próxima da totalidade da luta conjunta foi o critério estabelecido.

RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E ANTECEDENTES

As rotativas estão paradas. Sob este lema, os trabalhadores de comunicação paralisaram suas atividades no dia 19 de junho de 1990. Os jornalistas, radialistas e gráficos possuíam a menor média salarial do País entre as categorias de habilidades específicas.⁶ Além disso, reivindicavam melhores condições de trabalho, incluindo a implantação do cartão-de-ponto nas redações para o controle da carga horária.

As vésperas da campanha eleitoral para os mandatários estaduais, os grandes jornais do Estado deixam de circular. As 300 gráficas e os 80% dos radialistas aderem à paralisação nas emissoras de televisão, na Secretaria de Imprensa do Estado, na Cepe-Companhia Editora de Pernambuco e no Diário Oficial. As rádios Olinda e Tamandaré param completamente seu funcionamento.

Então esse movimento teve um peso muito grande, o Brasil se voltou de repente para Pernambuco, as lideranças sindicais do Brasil inteiro ligavam e diziam: “Pois vocês tiraram jornais de circulação por 14 dias. Não é possível isso”. Mobilização. Trabalho articulado dos sindicatos. Jornalistas não fazem greve se os gráficos tiverem lá para fazer jornal. Gráficos não fazem

⁶ Edição especial do jornal O Batente, jornal do Sindicato dos Jornalistas do Estado de Pernambuco de agosto de 2005, p. 03



greve se tiver jornalista mandar jornal para baixo, porque manda imprimir fora (COSTA, 2010).

A maioria dos profissionais aderiu a greve e se reunia na Câmara em assembleias todos os dias para deliberar sobre o movimento. Era principalmente, através das assembleias que se destacou a comunicação direta, interpessoal, face-a-face no qual se discutiam as diretrizes de condução da greve e o seu fortalecimento.

As passeatas nas ruas eram feitas quase que diariamente tendo o apoio da população. As entidades decidiram que quem era profissional do Jornal do Commercio faria piquetes no Diário de Pernambuco e vice-versa. No dia 20, os grevistas são retirados a força da calçada em frente ao JC quando estavam assistindo o jogo entre Brasil e Escócia e onde faziam uma mobilização pacífica.

O Jornal do Commercio decidiu botar o jornal na rua na marra e tentou abrir o portão na marra quando chegou um pelotão da polícia militar para garantir a abertura dos portões para entrada de quem quisesse trabalhar (...) Mas o jornal percebeu que havia uma entrega muito grande, que a adesão era absoluta da categoria, e desistiu de última hora de abrir o jornal, esperou que o TRT julgasse o suicídio coletivo e foi julgado (COSTA, 2010)

Em resposta ao ocorrido, as categorias fizeram no dia posterior uma passeata no centro do Recife com destino ao Palácio do Campo das Princesas. Conseguiram do então governador Carlos Wilson que esse instrumento de repressão do Estado não mais interferisse na mobilização.

Como a repressão através da violência física e intimidação não obtiveram êxito, o empresariado da grande mídia tenta sem sucesso eliminar as condições de sobrevivência dos trabalhadores participantes da ação grevista. Isso ocorre através da suspensão do pagamento dos salários daqueles que recebiam por semana ou quinzena, caso da maioria dos gráficos, e do adiamento recorrente da negociação a fim de pressionar a volta dos funcionários. A solução encontrada foi a criação do fundo de greve que arrecadou suprimentos e verbas junto a outras entidades sociais, a população e, inclusive, empresários e políticos a favor do movimento.

Durante as passeatas nas ruas, surge a rádio ZY Greve 187,90 %⁷, improvisada por radialistas e jornalistas em carros de som “que mantinham a mobilização do

⁷ Número referente as perdas salariais por causa da inflação



movimento, junto com os piquetes, diante das empresas”⁸. Em sua programação, destacam-se as entrevistas com os políticos, lideranças sindicais e populares que estavam próximos aos piquetes.

O novo sindicalismo marcado pela emergência do movimento grevista do ABC Paulista foi responsável por exercer influência nos trabalhadores que iriam liderar os sindicatos do ramo da comunicação em Pernambuco. Um exemplo disso, foi o sindicato dos radialistas que tinha o perfil menos politizado historicamente, mas que com a entrada de lideranças que foram influenciadas pelo movimento do ABC criaram-se as condições para que esse sindicato fosse mais ativo e se posicionasse nas questões políticas e sociais.

A retomada de ações grevistas, do crescimento do sindicalismo dos assalariados médios e dos aumentos nos índices de sindicalização, em novas formas de organização retratava um novo cenário para o sindicalismo (ANTUNES, 1991). Esse crescimento da comunicação sindical, como é possível observar, está estreitamente ligado ao crescimento do sindicalismo (CASTRO, 2008, p. 06). Ao mesmo tempo que,

A existência da instituição sindical por si só já implica num processo de comunicação. Não se constrói uma entidade sindical sem esse processo. Ele tem características bastante específicas. Origina-se do próprio relacionamento dos trabalhadores em seus locais de trabalho- onde desenvolvem a forma mais simples e primária de sua ação coletiva. Integra o trabalhador à prática sindical, através da aproximação com outros trabalhadores, com as instâncias organizadas e representativas de sua entidade e em interação com outras estruturas organizadas similares, bem como com a sociedade (MOMESSO, 1997, p. 40).

Um fator preponderante para a greve de 90 foi a mudança da linha ideológica e política dos sindicatos, materializado em suas atuações advindas das demais lutas travadas com a greve de 87 do Jornal do Comércio. Foram 33 dias de ocupação na empresa para expulsar os atuais donos que estavam levando o JC à falência. Uma junta de trabalhadores ficou responsável por resolver as questões salariais pendentes. A conquista de mudanças no local de trabalho foi um ensaio para o que viria na greve de 90, pois estimulou a consciência de uma força conjunta.

⁸ Especial O Batente de 2005, p. 06



Trazer esses companheiros de outras categorias afins para podermos fazer as lutas dentro das respectivas empresas. Então nós tínhamos essa incumbência política de trazermos os companheiros, trazermos as companheiras para que ele tivesse outro sentimento. Era o sentimento de que a exploração do capital, ela se dá a nível de todos os trabalhadores (...) E isso aí dialogando com essas categorias, elas começaram a entender assim. Passei na assembleia dos jornalistas por diversas assembleias que teve lá, fomos lá chamá-los para irem pras lutas. A assembleia também dos radialistas para eles entendessem assim e, logo em seguida, os publicitários entraram também na luta que culminou com pouco tempo depois nós criamos a Intercom (NASCIMENTO, 2010).

ANÁLISES

A Intercom de 1990 era reconhecida como um movimento legítimo que contava com a credibilidade das categorias. Chega, inclusive, a adquirir uma identidade própria, coletiva, na qual os trabalhadores não mais se reconhecem enquanto singularidades, ou categorias diferenciadas, mas sim como integrantes de um mesmo movimento; como profissionais da comunicação.

O gráfico deixa de ser gráfico, o radialista deixa de ser visto como tal, o jornalista já não se ilude com a preocupação de status diferenciado de intelectual a partir do momento que adquirem uma consciência coletiva própria da luta conjunta.

Tinha a solidariedade das categorias correlatas, então essa solidariedade era uma coisa importante porque sabia, então acho que estou chegando à grande conquista- era a noção de que os problemas eram os mesmos, os padrões eram os mesmos e os problemas eram os mesmos. E se os padrões eram os mesmos, os problemas eram os mesmos, era preciso a mesma luta, os mesmos instrumentos de lutas para enfrentá-los (COSTA, 2010).

A maior vitória, do ponto de vista político, foi o poder de mobilização conjunta que ainda hoje não encontra eco nos atuais movimentos da intersindical. “Juntava todo mundo, quando chegava lá ninguém dizia ‘é gráfico,é jornalista’ não, era Intercom. Então essa era a grande conquista, é o direito que essas categorias tinham de se tratar, de conversar de si mesma” (COSTA, 2010)

A Intercom nasceu com esse objetivo e essa visão: o de unificar em uma mesma base sindical as categorias no intuito de fortalecer o movimento frente a pressão da classe patronal. Consegue superar o corporativismo que permeia cada entidade e o qual é um dos principais desafios do sindicalismo atual.



A comunicação não só teve relevância na condução do movimento em si, mas, inclusive, na retomada das instituições sindicais das mãos dos intervencionistas do regime militar no final dos anos 80 e na própria contribuição à formação e existência da Intercom de 90.

A comunicação sindical não possui apenas um único e restrito papel. Ela é multifacetada, e apresenta várias práticas comunicativas que serão usadas de acordo com a intencionalidade e deliberação do sujeito. Abaixo, há um sistema de classificação sobre os papéis desempenhados pela comunicação sindical durante a Intersindical de Comunicação de Pernambuco.

1. Criar e estabelecer redes de solidariedade e de sociabilidade

O papel explícito da comunicação sindical é esclarecer e se posicionar perante as condições de exploração da classe trabalhadora. As situações específicas e similares de tal exploração entre os gráficos, radialistas e jornalistas favorecem relações de solidariedade assentada em um vínculo histórico entre as categorias que reconhecem no outro, nessa alteridade, sua condição de explorado.

Como exemplos, durante a greve foi feita uma proposta do patronato que contemplava somente os gráficos, como tentativa de desestabilizar o movimento, mas que não conseguiu romper com essa rede sólida entre as categorias. Afora a solidariedade dos estagiários pela participação da luta com os companheiros de sua futura profissão e a rede de apoio da população, com a ajuda de donativos e de verbas para a manutenção da comunicação sindical.

2. Organização e mobilização sociais

O grande poder de mobilização durante as passeatas era realizado pelo carro de som com a criação de uma rádio. Era pelas passeatas nas ruas, como um corpo coletivo significado que podia ser lido como uma mensagem (já que a presença nas ruas corporificava um ato político) e de uma comunicação dialógica que se tentava alcançar a visibilidade da luta diante da sociedade ao integrar a população dentro do movimento com a abertura de espaço na rádio móvel para se posicionarem.

O apoio da população se deveu em grande parte a comunicação não estava encerrada nos problemas que se referiam somente aos sindicatos. Mas problematizavam questões sociais vivenciadas por todos e adquiria uma feição política do que



corporativista. Os sindicatos organizaram e puderam ser, assim, o catalisador da opinião pública, tornando-a favorável aos objetivos da Intercom

É interessante perceber a relação que se produz entre a mobilização social e a comunicação sindical. Ao mesmo tempo que, a comunicação tem o papel de mobilizar as categorias para uma ação coletiva, a mobilização social é definida enquanto prática comunicativa no modelo praxiológico, ou seja, como o próprio agir comunicacional. Assim, é percebido “a mobilização social essencialmente como uma prática comunicativa de organização de perspectivas compartilhadas e moldadas intersubjetivamente” (MAFRA, 2010, p. 13).

3. Contra-informação

Durante a implantação do dissídio coletivo, as categorias conseguiram contestar as versões oficiais das empresas que justificavam não terem condições financeiras para pagar possíveis aumentos salariais exigidos pelos trabalhadores, que apontaram as contradições do discurso oficial, dominante e angariaram o apoio da população com seus jornais, panfletos, faixas e, principalmente, a rádio com a participação popular.

O conceito de contra-informação cunhado por P. Baldelli seria o uso das práticas comunicativas e de militância política para a resistência ao projeto ideológico da classe dominante a fim de colaborar com a disputa por uma nova hegemonia. O acirramento do conflito de classes no plano comunicacional e, portanto, no nível simbólico ainda não é plenamente aproveitado, mas é um campo importante de resistência e de construção. Assim, ela é interpretada por *Ciro Marcondes Filho* como contracomunicação:

A contracomunicação – ou seja – a atividade de fornecer informações de natureza distinta, às vezes oposta às informações dos grandes veículos estabelecidos de comunicação, e proporcionar uma outra interpretação dos fenômenos políticos e sociais, uma interpretação voltada mais para os interesses dos grupos dominados da sociedade (...) (FILHO, 1982, p. 60).

4. Formação da subjetividade e dos sujeitos políticos

Essas relações de cooperação e de solidariedade entre os profissionais de comunicação está diretamente associada a formação da intersubjetividade desses sujeitos, nas relações comunicativas que estabelecem entre si, principalmente, durante as lutas sindicais



Portanto, a subjetividade e o sujeito só podem ser constituídos e compreendidos enquanto integrantes de uma coletividade geral e/ou específica. No caso da Intercom, o sujeito gráfico, radialista ou jornalista constrói suas identidades, mesmo que temporárias, a partir desse grande Outro coletivo.

Esses sujeitos que se constituíram durante o contexto histórico da ascensão de novas formas de sindicalismo, novos métodos de organização e de estratégias, durante a transição política nos finais dos anos 80 são sujeitos políticos. Foram forjados no período de efervescência do novo sindicalismo e da redemocratização do país através da relação ambígua entre comunicação e política, pois ao lutarem pela retomada dos sindicatos (instâncias até então reguladas pelo regime militar) também lutavam pela democratização do sistema político.

Foi, portanto, um momento – sindical e grevista – que mesclou causalidade econômica no seu desencadear, e significação política no seu desdobramento imediato. Econômica na sua causação, política na sua significação mais profunda. Depois de tantos anos sob a ditadura militar, o movimento sindical e grevista recolocou a classe trabalhadora na cena política e social do país. (ANTUNES, 1991, p. 80)

A luta também pelos espaços de sociabilidade do trabalho e das relações de solidariedade entre as categorias com a finalidade de transformar as estruturas sociais e políticas. A luta sindical, inicialmente, germinou à margem dos espaços institucionais, fora das quatro paredes dos sindicatos das categorias envolvidas; nos bastidores, nas conversações dos bares, para eclodirem na organização da Intercom de 1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação sindical possui diversos papéis que vão desde a organização do movimento até a formação de sujeitos políticos. A Intercom representa bem essas características no qual o enfoque na comunicação não deseja indicar que esta foi a única causa responsável pelo seu sucesso, mas sim do êxito na predominância de um fazer política sindical de modo comunicacional. Um dos principais desafios a uma comunicação dialógica é a instrumentalização da comunicação. Sozinha ou de forma verticalizada, ela não pode responder aos problemas engendrados pelas novas configurações no mundo do trabalho.



Mas quando dialógica, ela fornece respostas sobre quem somos e sobre as potencialidades enquanto sujeitos capazes de uma ação coletiva. Acreditar na existência de um sindicato combativo sem os seus principais atores sugere indícios de uma crise de representação política não só das entidades sindicais, mas também, da própria Intercom atualmente. A inclusão da comunicação sindical no campo paradigmático da praxiologia indica um novo e instigante caminho para a elaboração de novas problemáticas e no desenvolvimento da relação intrínseca entre o agir comunicacional, a práxis coletiva e a formação do sujeito político, e revigorar o interesse pela área com novas pesquisas partindo de um viés comunicacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Scritta, 1991.

CALLOU, Roberto. Julho de 2010. Recife. Entrevista concedida ao Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais (NUDoc- UFPE).

CASTRO, Cosette. **A Comunicação sindical em tempos de multiculturalismo**. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

COSTA, Evaldo. Julho de 2010. Recife. Entrevista concedida ao Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais (NUDoc- UFPE).

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Curitiba: Editora UFPR, n.24, p. 213-225, 2004.

FILHO, Ciro Marcondes. **Contracomunicação oficial e espontânea**. In: Lins da Silva, C. E.. (Org.), **Comunicação hegemônica e contrainformação**. São Paulo: Cortez, Intercom, 1982. p. 59-69.

FRANÇA, Vera R. Veiga. **Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

_____. **L. QUERÉ: dos modelos da comunicação**. Vale do Rio dos Sinos: Revista Fronteiras – estudos midiáticos, v. 5, n. 2, dezembro de 2003

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª. ed., 1987



GIANNOTTI, Vito. **Comunicação sindical e disputa da hegemonia**. São Paulo: Universidade e Sociedade, ano XI, N 27, 2002.

_____; SANTIAGO, Claudia. **Comunicação Sindical: a arte de falar para milhões**. Petrópolis: Editores Vozes, 2ª Edição, 1999.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. **Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional**. Belo Horizonte: Mediação, v. 11, nº 10, jan/jun de 2010

MOMESSO, Luiz A. **Comunicação Sindical: limites, contradições, perspectivas**. Recife: Editora da UFPE, 1997.

NASCIMENTO, Fernando. Julho de 2010. Recife. Entrevista concedida ao Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais (NUDoc- UFPE).

VIEIRA, Toni. **Comunicação sindical: proposta de uma política para as entidades**. Canoas: Ed. ULBRA, 1996.